

**TRILHA FÍSICA: AGORA VEJO!
JOGO DIDÁTICO EM BRAILLE PARA AUXILIAR ALUNOS PORTADORES DE
NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL**

**PHYSICAL TRAIL: NOW I SEE!
TEACHING GAME IN BRAILLE TO ASSIST STUDENTS WITH SPECIAL
EDUCATIONAL NEEDS**

**CAMINO FÍSICO: ¡AHORA VEO!
JUEGO DE ENSEÑANZA EN BRAILLE PARA ASISTIR A ESTUDIANTES CON
NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES**

Vanici Pereira Martins Barreto*
vanicimartins@hotmail.com

Maria Sonia Silva de Oliveira Veloso**
soniaufr@gmail.com

Francisco Macione Martins Barreto***
macione_quimica@hotmail.com.br

* Mestre em Ensino de Física, Professora de Física da rede estadual de Roraima, Secretaria de Estado de Educação de Roraima – Boa Vista -RR – Brasil

** Doutora em Ensino de Ciências, Professora do Departamento de Física da Universidade Federal de Roraima – Boa Vista - RR – Brasil

*** Mestrando em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Roraima – Boa Vista-RR - Brasil

Resumo

Estamos vivendo em uma era que muito se fala em inclusão, citam leis que a garante, pois a legislação é bastante clara quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, seja qual for suas necessidades educacionais especiais ou diferenças. Mas sabe-se que na prática apenas leis não resolvem o problema da inclusão escolar. Este trabalho visa analisar as leis da inclusão, além de repensar a forma de ensinar nas escolas. Com o intuito de promover uma metodologia que possa alcançar esses alunos de forma eficaz que colabore para seu aprendizado durante toda sua vida, foi elaborado um jogo em forma de trilha em braille para fortalecer os conteúdos de Física ministrados no 1º ano do Ensino Médio.

Palavras Chave: Ensino de Física. Inclusão. Jogo Didático.

Abstract

We are living in an era that much is said about inclusion, they mention laws that guarantee it, because the legislation is quite clear as to the obligation to welcome and enroll all students, whatever their special educational needs or differences. But it is known that in practice only laws do not solve the problem of school inclusion. This work aims to analyze the laws of inclusion, in addition to rethinking the way of teaching in schools. In order to promote a methodology that can reach these students effectively and collaborate for their learning throughout their lives, a game in the form of a braille track was designed to strengthen the Physics content taught in the 1st year of High School

Keywords: Physics teaching. Inclusion. Educational game.

Resumen

Vivimos en una era en la que se dice mucho sobre la inclusión, mencionan leyes que lo garantizan, porque la legislación es bastante clara en cuanto a la obligación de acoger e inscribir a todos los estudiantes, sean cuales sean sus necesidades educativas especiales o sus diferencias. Pero se sabe que

en la práctica solo las leyes no resuelven el problema de la inclusión escolar. Este trabajo tiene como objetivo analizar las leyes de inclusión, además de repensar la forma de enseñar en las escuelas. Con el fin de promover una metodología que pueda llegar a estos estudiantes de manera efectiva y colaborar para su aprendizaje a lo largo de sus vidas, se diseñó un juego en forma de pista braille para fortalecer el contenido de Física que se enseña en el primer año de la escuela secundaria.

Palabras clave: enseñanza de la física. Inclusión. Juego educativo.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem dificuldade em lidar com questões que fogem ao seu conhecimento, com assuntos que não consegue entender e que não encontra explicação e assim também com o que não condiz com o seu padrão de normalidade. A nossa sociedade seleciona as pessoas por raça, cor, credo, gênero, cultura e condições físicas e mentais. Assim, quem não se enquadra no modelo de referência é ignorado e marginalizado sem as mínimas condições de desenvolvimento humano, sem usufruir dos seus direitos básicos.

A deficiência causa espanto entre as pessoas e ainda é motivo de preconceito, embora já se tenha avançado muito no sentido de conscientizá-las acerca da igualdade de direitos para todos. Contudo, ainda é tortuoso o caminho dessa igualdade, que envolve a boa vontade dos responsáveis pelas políticas sociais no país, que deveriam ser usufruídas por todos, sem restrição. A educação se apresenta como um bom começo para a mudança desta história, mas caminha a passos lentos comparado ao número de pessoas que portam algum tipo de deficiência e assim como qualquer um “dito normal” precisa ter seus direitos atendidos.

Nesse contexto, o presente trabalho faz menção à garantia da educação inclusiva no sentido de interpretá-la e encontrar explicações que contribuam para um melhor entendimento sobre o assunto. Para sua elaboração utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema entre autores já conhecidos e nas leis que garantem a educação inclusiva. Segundo Gil (2002) A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, ressalta ainda que há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. No primeiro momento, discutimos sobre um tema ainda muito debatido no meio pedagógico: a educação especial como método de ensino inclusão no sistema educacional. No segundo momento será discutido sobre a escola inclusiva, reportando ao papel da escola, que trata sobre a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, de como a escola e os profissionais da área se organizam para lidar com a questão. Logo após, será apresentado o jogo que possibilita aos alunos uma oportunidade de

aprender de forma diferenciada os conteúdos trabalhados na disciplina de Física no 1º ano do Ensino e em seguida as considerações finais.

INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Especial (2007), o mundo inteiro se articula em prol da inclusão, envolvendo ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas em defesa do direito de unir os alunos, sem qualquer discriminação, para que juntos aprendam e participem. A educação inclusiva traduz a igualdade e a diferença como valores inseparáveis que podem desenvolver uma relação de equidade ao apresentar as situações de exclusão dentro e fora da escola. Contudo, as dificuldades nos sistemas de ensino levam a práticas discriminatórias e a criar alternativas para superá-las.

Dessa forma, a educação inclusiva se destaca no debate em nossa sociedade e do papel da escola quando o assunto é exclusão, só assim se torna possível a construção de sistemas educacionais inclusivos, que passam a ser vistas sob um novo enfoque, supondo uma mudança na estrutura e na cultura da escola, contribuindo para que todos os alunos tenham suas individualidades, suas diferenças atendidas.

A educação especial, como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva, a fim de cumprir os seguintes dispositivos legais e político-filosóficos citados na Constituição Federal, título VIII, da ordem social:

Artigo 208:

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Artigo 227:

II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos, (BRASIL, 1988).

A inclusão é encarada como uma novidade e tem despertado muita polêmica nos diferentes segmentos educacionais e da sociedade, mesmo entendendo que inserir alunos portadores de

necessidades especiais permanentes ou temporárias, mais acentuadas ou menos severas no ensino regular, apenas garante por lei o direito de todos à educação, que é assegurado pela Constituição Federal.

Devido às mudanças que ocorrem diariamente em todos os âmbitos da sociedade, surgem cada vez mais movimentos que procuram minimizar as desigualdades, buscando oportunizar novos valores sociais para que sejam mais igualitários. A luta pela inclusão das pessoas com deficiência trata-se da busca por um ensino de qualidade tanto nas escolas da rede pública quanto nas escolas da rede privada, que atenda às necessidades de cada um de seus alunos, conforme suas especificidades para que assim a escola possa proporcionar de fato uma educação inclusiva e extinguir de vez as modalidades de exclusão na escola.

O ensino regular com qualidade deve ser priorizado e assumido por todos os educadores fazendo parte de um compromisso impreterível das escolas, considerando que a educação básica é um dos fatores mais importante do desenvolvimento econômico e social. Porém, trata-se de uma tarefa difícil, impossível de se realizar através dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar, que, infelizmente, ainda são adotados por muitas escolas que estão longe de se tornarem inclusivas, abertas a todos os alunos, sem distinção. Todavia, podemos contar com uma Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas (REDE SACI, 2007).

A inclusão ainda se confunde com integração para muitas pessoas. Mas, para os movimentos sociais, inclusão e integração, ainda que tenham objetivos idênticos representam filosofias totalmente diferentes. As principais diferenças entre inclusão e integração são citadas por Werneck (1º Manual da Mídia Legal, 2003), como sendo:

Inclusão: a inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular). Exige rupturas nos sistemas e não caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente. Já na **Integração:** a inserção é parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares). A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador (WERNECK, 2003. p. 17).

Werneck (2003), ressalta os equívocos que são feitos a respeito da inclusão, que vão além de confundir integração com inclusão, como o pensamento de que a inclusão privilegia somente os portadores de deficiência ou que a inclusão existe especialmente para beneficiá-los; que é meramente respeitar as diferenças. A inclusão não é um processo destinado apenas à pessoa portadora de deficiência, mas, sim, a qualquer mecanismo que necessite de adequação, seja ele de ordem: curricular, física, metodológica ou afetiva.

Ainda para Werneck (2003), o ambiente escolar ainda traz muitas insatisfações em diferentes esferas, portanto, precisa mudar não somente por causa da criança com deficiência, mas por todos, ainda acrescenta dizendo que, "no dia em que a escola for boa para uma criança com deficiência, ela vai ser boa para todo mundo". E conclui dizendo que, "os portadores de deficiência poderão contribuir com seu talento para o bem comum".

Assim, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que efetiva o ensino especializado e oferece os serviços e recursos próprios para esse atendimento. Também orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (MEC/SEESP, 2006).

Portanto, conforme Margarida (2009) afirma, a escola inclusiva é aquela em que o modelo educativo prioriza estabelecer conhecimentos entre os alunos e o currículo, de modo que adquiram e desenvolvam estratégias que lhes dê condições de resolver os problemas cotidianos, assim também, lhes preparem para aproveitar as oportunidades que a vida lhes ofereça, levando em conta que na maioria das vezes essas oportunidades terão que ser construídas, na visão de pessoas com deficiência têm que participar ativamente.

Frente a essas mudanças, temos a certeza de que o papel da educação é atender, de forma igualitária e qualitativa, o processo de ensino e de aprendizagem, inserindo, em seu processo, todos que buscam esse recurso, por meio de informações adequadas que permitam a sua inserção no mercado de trabalho ou a terminalidade do ensino comprovada, bem como a garantia do pleno desenvolvimento do educando e a valorização de suas possibilidades, além de oferecer soluções às suas necessidades específicas.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DA ESCOLA

A inclusão não demanda em um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros, relacionados ao desempenho escolar. Na visão inclusiva, não se separam os atendimentos, seja dentro ou fora das salas de aula.

A inclusão não utiliza métodos e técnicas de ensino específicas à essa ou àquela deficiência. Os alunos aprendem até o seu limite. O que torna um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas do ensino regular tradicional.

Os objetivos tradicionais na educação de pessoas com necessidades educativas especiais, ainda se orientam para controlar comportamentos sociais, quando deveriam ter como objetivo que essas pessoas

adquirissem cultura suficiente para que pudessem conduzir sua própria vida. Isso se dá porque ainda vivemos em um modelo assistencial e dependente, quando a meta da inclusão é o modelo competência e independente.

É preciso continuar investindo na formação de profissionais qualificados e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como, reagem às novidades. Dessa forma, a formação continuada vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

Duran Sobrinho (2006), afirma que o portador de deficiência é uma pessoa qualitativamente diferente dos demais, que necessita de métodos e técnicas especiais, currículos especiais e profissionais especiais qualitativamente diferente dos demais. Segue afirmando que uma das barreiras para a prática generalizada e permanente desta proposta é o despreparo dos profissionais do sistema regular de ensino para receber os alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Enfatiza que “é necessário pensarmos em nossas posturas enquanto professores/educadores e no trabalho em que realizamos na busca de uma escola igualitária, incluyente e de qualidade para todos” (DURAN SOBRINHO, 2006, p. 04).

Mota (1998), em seu artigo intitulado: Inclusão Educacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, ressalta que a inclusão não se resume somente em matricular os alunos portadores de deficiência em escolas do ensino regular ignorando suas particularidades, mas em oferecer ao professor e a escola recursos necessários à sua ação pedagógica. A mesma autora ainda comenta que esse apoio às escolas inclusivas pode ser temporário ou permanente, contanto que a aprendizagem ocorra com sucesso. Os estabelecimentos de ensino e os profissionais em educação devem estudar e refletir sobre inclusão, visando oferecer melhores condições de acesso e permanência na escolarização para que haja respeito e valorização pelas diferenças.

Continua enfatizando que “é importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetivá-las” (MOTA, 1998, p. 03).

Em uma entrevista, Mel Ainscow, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Manchester, Inglaterra, especialista em necessidades educacionais especiais (SOUZA e MANOEL, 2008) comenta que compreende a inclusão como um processo em três níveis:

O primeiro é a presença, o que significa, estar na escola. Mas não é suficiente o aluno estar na escola, ele precisa participar. O segundo, portanto, é a participação. O aluno pode estar presente, mas não necessariamente participando. É preciso, então, dar condições para que o aluno realmente participe das atividades escolares. O terceiro é a

aquisição de conhecimentos - o aluno pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo. Enfatiza ainda mais dizendo que, inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. (SOUZA; MANOEL, 2008, p. 09)

Outro aspecto da inclusão é identificar e superar as barreiras que impedem os alunos de adquirir conhecimentos acadêmicos: a organização da escola, o prédio, o currículo, a forma de ensinar e muitas vezes, uma conscientização social, pois, as barreiras que estão socialmente identificadas são as mais difíceis de serem desconstruídas.

A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há décadas. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, que vislumbraria todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais serem atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais (BRASIL, 1988).

Pode-se afirmar que para tornar as escolas mais eficientes no seu ensino-aprendizagem é preciso ter clareza do que se quer dar condições de trabalho aos professores e reconhecer que eles são fatores essenciais nesse processo de transformação, que precisam sentir-se reconhecidos e valorizados. Por isso, é muito importante detectar as barreiras dentro da escola, que impedem a participação de todos.

Sanchez (2005), ao tratar da educação inclusiva afirma que esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola permitindo aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos.

O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, em que a participação da comunidade seja fator essencial.

Frias e Menezes (2009) apontam que:

“é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.”

Portanto, a escola prepara o indivíduo para o futuro. Nesta preparação, espera-se que as crianças consigam conviver e aprender a valorizar a diversidade nas suas salas de aula, sendo assim, serão adultos bem diferentes, o que facilitará a comunicação e a convivência entre os diferentes tipos de pessoas, sejam elas deficientes ou não.

PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho será redigido como um relato de experiência, portanto, a leitura seguirá em diante em primeira pessoa.

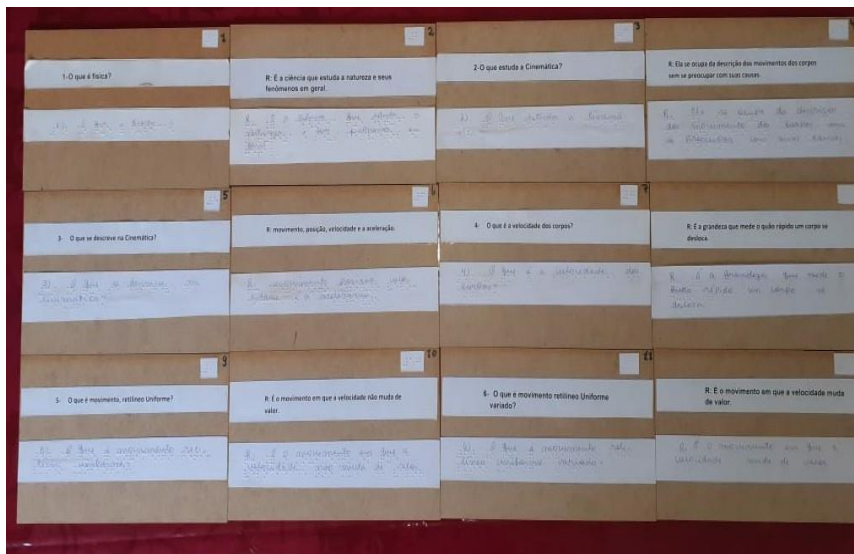
Este artigo é oriundo de um trabalho experimental com visão metodológica qualitativa realizado com uma aluna portadora de necessidade especial (cega) em uma escola da rede pública estadual de Roraima em Boa Vista. Nas aulas de Física foi possível observar que essa aluna não conseguia acompanhar as atividades desenvolvidas na turma devida sua condição visual, mesmo tendo um professor auxiliar as atividades se tornavam um tanto difíceis. Esta aluna do 1º ano do Ensino Médio, com tantos conteúdos para aprender, observava seu esforço em realizar as atividades, mesmo assim, isso me incomodava em relação à diferença de aprendizagem entre ela e o restante da turma. Foi então que comecei a pensar de que forma poderia contribuir, de forma mais efetiva com seu aprendizado, a partir de indagações que emergiram. “Como alcançaria essa aluna para que ela pudesse ir para a série seguinte com aprendizado sólido que facilitaria sua progressão?”.

Assim, pensei em um jogo em braille que pudesse sanar essa dificuldade. O jogo se trata de uma trilha denominada: “TRILHA FÍSICA: Agora Vejo!”, onde cada peça contém uma pergunta que se encaixará com uma resposta sobre os conteúdos de Física do 1º ano do Ensino Médio. O jogo é todo de teoria e tem a parte escrita em português, para fins de orientação à pessoas não-cegas.

Para confecção dessa trilha tive a colaboração das professoras da sala multifuncional dessa determinada escola para a transcrição para o braille. Foram confeccionadas 32 peças, sendo 16 perguntas e 16 respostas, abrangendo desde cinemática até conservação da energia mecânica.

Durante a execução do jogo, teve a participação de seu professor auxiliar enquanto eu como professora titular explicava o conteúdo a turma. Para o segundo momento, como professora titular da turma, eu fiquei com ela para garantir seus questionamentos e discussão, desta forma tinha a oportunidade de verificar sua evolução e aprendizagem.

Figura 1: Jogo “Trilha Física: Agora Vejo!”



Fonte: Autoria própria (2020)

Figura 2: Professora titular auxiliando no jogo.



Fonte: Autoria própria (2020).

Figura 3: Professor auxiliar da aluna orientando o jogo



Fonte: Autoria própria (2020)

Figura 4: Aluno da classe jogando com a aluna PNE.



Fonte: Autoria própria (2020)

Ao fim do ano letivo constatou-se que a referida aluna já sabia muitos conceitos de Física relativos ao jogo, pois a forma que ela respondia às perguntas se tornaram mais ágeis. Cada vez que se perguntavam um conceito, mesmo não sendo em sequência ela respondia acertadamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para alunos com alguma necessidade especial pode estimular o indivíduo, pois, a partir desta iniciativa podem sentir quão importantes são para a escola na qual eles estão inseridos, pois é possível observar que não estão ali somente para cumprir uma exigência da lei e sim para se tornarem cidadãos participativos e autônomos.

Com a aplicação desta atividade, foi observado que a aluna antes se limitava a apenas ouvir a explicação no ritmo da turma, já obteve mais autonomia para questionar, além de melhorar seu relacionamento com a turma. Também foi observado que em alguns momentos outros alunos chegaram a jogar com ela, obtendo a participação e interação com parte da turma.

Ao fim do ano letivo a aluna já sabia a maioria dos conceitos sem recorrer ao jogo que antes era necessário para seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

Ao garantir a educação para todos, a nossa Constituição Federal está se referindo a todos sem exceções, em um mesmo ambiente, e este pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

Como objetivo de garantir o direito do deficiente como cidadão e reforçar a igualdade de oportunidades educacionais, algumas resoluções e documentos foram publicados em âmbito nacional e

internacional; no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, surgiram leis, resoluções, indicações e portarias que tratam das políticas da integração/inclusão.

Mesmo com respaldos já citados, a educação inclusiva ainda é um grande desafio a ser enfrentado por educadores e os próprios educandos, por condições inadequadas de trabalho e descaso por parte dos governantes torna essa prática de educação para todos ainda mais utópica. A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza.

E é pela busca de uma educação de qualidade para todos, visando à formação não apenas intelectual mais também social do indivíduo, que a educação especial é entendida como um campo de conhecimento e uma modalidade transversal de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades.

Esse tipo de atividade pode trazer a reflexão de muitos professores que cada aluno seja ele especial ou não tem o seu próprio tempo de aprendizagem e a capacidade de cada um pode ser explorado conforme suas limitações. Que nosso papel enquanto educador é fazer com que o aluno se sinta capaz e motivado a aprender.

Referências

- FRIAS, E.M.A.; MENEZES, M.C.B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002
- MARGARIDA, S. M. A. **Uma Educação Especial para a diversidade com vistas à Inclusão Social.** In: Recanto das Letras, nov. 2009. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/1908754>. Acessado em: 14/11/2019 às 15h19min.
- MOTA, E. G. da. **Inclusão Educacional das Pessoas Portadoras de Deficiência...** discurso ou realidade? Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp98.htm>. Acessado em: 23/12/2019 às 19h47min.
- SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.
- SOBRINHO, L. C. D. **Inclusão:** utopia ou direito de ser cidadão? In: Revista Tamoios - Janeiro / Junho - Ano II, N° 1, 2006.
- SOUZA, S. C.; MANOEL, V. de A. **Praticando acessibilidade comunicacional:** cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. In: Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, vol. 13, n° 1, P. 7-17, jan/jun de 2008.
- WERNECK, C. **Manual da Mídia Legal.** Brasília. República Federativa do Brasil, 2003.
- O CENSO de pessoas com deficiência na era da inclusão. In: Rede Saci. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=5269>. Acessado em: 18/08/2019 às 22h20min.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acessado em: 07/01/2020 às 15h40min.

Recebido em: 08/03/2020

Aceito em: 01/11/2020

Endereço para correspondência:

Nome: Vanici Pereira Martins Barreto

Email: vanicimartins@hotmail.com



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.